



Eólica Serra da Babilônia VIII S.A.

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024.

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras.....	1
Balanço patrimonial.....	4
Demonstração do resultado.....	5
Demonstração do resultado abrangente.....	6
Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....	7
Demonstração do fluxo de caixa.....	8
Notas explicativas às demonstrações financeiras.....	9



**Shape the future
with confidence**

Centro Empresarial PB 370
Praia de Botafogo, 370
8º ao 10º andar - Botafogo
22250-040 - Rio de Janeiro - RJ - Brasil
Tel: +55 21 3263-7000
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos
Administradores e acionistas da
Eólica Serra da Babilônia VIII S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Eólica Serra da Babilônia VIII S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes

As demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foram auditadas por outro auditor independente que emitiu relatório datado em 26 de março de 2024, sem modificação.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.



**Shape the future
with confidence**

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.



**Shape the future
with confidence**

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 14 de março de 2025.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-015199/F

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Roberto Cesar Andrade dos Santos', written over a faint, illegible background.

Roberto Cesar Andrade dos Santos
Contador CRC RJ-093771/O

Eólica Serra da Babilônia VIII S.A



Balanço patrimonial
Em 31 de dezembro
(Em milhares de reais)

	Notas	2024	2023
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	19.126	10.296
Contas a receber	5	2.708	3.475
Despesas antecipadas		492	353
Impostos a recuperar		356	-
Depósitos vinculados	7	3.565	3.780
Total do circulante		26.247	17.904
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Depósito vinculado	7	5.354	4.887
Depósitos judiciais		132	-
Impostos a recuperar		9	9
Imobilizado	8	133.584	139.171
Intangível	9	5.577	5.975
Outros ativos		175	-
Total do não circulante		144.831	150.042
Total do Ativo		171.078	167.946
Passivo e Patrimônio Líquido			
Circulante			
Fornecedores e outras obrigações	10	420	404
Financiamentos	11	5.969	8.321
Partes relacionadas	6	831	265
Passivos de arrendamento	12	514	574
Obrigações fiscais e trabalhistas	13	633	773
Dividendos a pagar	17	943	1.880
Total do circulante		9.310	12.217
Não circulante			
Financiamentos	11	85.423	87.501
Obrigações fiscais e trabalhistas		81	-
Passivos de arrendamento	12	5.116	5.246
Provisão para desmobilização	16	2.660	2.180
Provisão socioambiental	15	802	903
Provisão para ressarcimento regulatório	14	6.747	-
Total do não circulante		100.829	95.830
Total do Passivo		110.139	108.047
Patrimônio líquido			
Capital social	17	45.975	45.975
Reserva de capital		4.981	6.966
Reserva legal		1.513	1.315
Reserva de lucros		8.470	5.643
Total do Patrimônio Líquido		60.939	59.899
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		171.078	167.946

Eólica Serra da Babilônia VIII S.A.

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro

(Em milhares de reais)



As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

	Notas	2024	2023
Receita líquida	18	28.425	31.756
Custos da energia vendida	19	(11.909)	(11.466)
Resultado bruto		16.516	20.290
Despesas operacionais			
Gerais e administrativas	20	(2.116)	(2.213)
Outras receitas (despesas) operacionais		-	11
Lucro operacional		14.400	18.088
Receitas financeiras		2.109	1.789
Despesas financeiras		(10.939)	(10.356)
Resultado financeiro, líquido	21	(8.830)	(8.567)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		5.570	9.521
Imposto de renda e contribuição social	22	(1.601)	(1.603)
Lucro líquido do exercício		3.969	7.918
Lucro por ação, básico e diluído (R\$)		0,07	0,15

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Eólica Serra da Babilônia VIII S.A.

Demonstração do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro

(Em milhares de reais, exceto lucro por ação)



	2024	2023
Lucro líquido do exercício	3.968	7.918
Outros componentes do resultado abrangente	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	3.968	7.918

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Eólica Serra da Babilônia VIII S.A.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro

(Em milhares de reais)



	Notas	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros	Reserva de capital	Prejuízos acumulados	Total
Saldos 31 de dezembro de 2022	17	45.975	919	13.089	8.828	-	68.811
Resgates de ações preferenciais		-	-	-	(1.862)	-	(1.862)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	7.918	7.918
Reserva legal		-	396	-	-	(396)	-
Dividendos pagos		-	-	(13.088)	-	-	(13.088)
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	-	(1.880)	(1.880)
Reserva de lucros		-	-	5.642	-	(5.642)	-
Saldos 31 de dezembro de 2023	17	45.975	1.315	5.643	6.966	-	59.899
Resgates de ações preferenciais					(1.985)	-	(1.985)
Lucro/prejuízo do exercício						3.968	3.968
Reserva legal			198			(198)	
Dividendos mínimo obrigatório						(943)	(943)
Reserva de lucros				2.827		(2.827)	-
Saldos 31 de dezembro de 2024	17	45.975	1.513	8.470	4.981	-	60.939

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.



Demonstração do fluxo de caixa

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2024	2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	5.570	9.521
Ajustes para conciliar o resultado ao caixa gerado pelas atividades operacionais:		
Depreciação e amortização	6.121	6.112
Juros provisionados – financiamentos	8.636	9.202
Juros provisionados – arrendamentos	402	470
Baixa Imobilizado	-	51
Juros provisionados – desmobilização	331	358
Amortização dos custos de transação de financiamentos e debêntures	233	233
Provisão para ressarcimento regulatório	6.572	-
Outros	1	-
(Aumento) redução nos ativos operacionais:		
Depósitos vinculados	215	(252)
Contas a receber	767	742
Adiantamento à fornecedores	-	1
Despesas antecipadas	(139)	(122)
Impostos a recuperar	(356)	-
Depósito Judicial	(132)	-
Aumento (redução) nos passivos operacionais:		
Fornecedores e outras obrigações	17	(34)
Obrigações fiscais e trabalhistas	(248)	(422)
Partes relacionadas	-	85
Provisão socioambiental	(101)	(24)
Contas a pagar partes relacionadas	566	-
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	28.455	25.921
Imposto de renda e CSLL pagos	(1.413)	(1.442)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	27.042	24.479
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de imobilizado	-	(71)
Depósitos vinculados	(467)	(136)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(467)	(207)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Redução do capital social	-	-
Resgates de ações preferenciais	(1.985)	(1.862)
Liquidação de financiamentos e debêntures (principal e juros)	(13.299)	(13.199)
Liquidação – arrendamentos	(580)	(550)
Dividendos pagos	(1.881)	(14.531)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(17.745)	(30.142)
Redução líquida do saldo de caixa e equivalentes de caixa	8.830	(5.870)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	10.296	16.166
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	19.126	10.296
Redução líquida do saldo de caixa e equivalentes de caixa	8.830	(5.870)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.



Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Eólica Serra da Babilônia VIII S.A. ("Companhia") é uma sociedade por ações regida pelo Estatuto Social, Lei nº 6.404, de 15/12/1976, e constituída no Brasil em 4 de fevereiro de 2016 e registrada na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro em 26 de fevereiro de 2016.

A Companhia faz parte do Grupo Rio Energy, uma plataforma de investimento fundada em 2012, uma plataforma integrada de geração de energia renovável, com foco no desenvolvimento, construção e operação de ativos de geração de energia renovável no Brasil. A Companhia investe no desenvolvimento dos projetos Eólicos Serra da Babilônia localizados no município de Morro do Chapéu, no Estado da Bahia e tem como controladora a Copacabana Geração de Energia e Participações S.A.

Em forma de consórcio os projetos da Controladora sagraram-se vencedores no âmbito do 8º Leilão de energia de reserva (2º LER de 2015) Edital no 09/2015 promovido pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. A contratação da energia de reserva foi criada para elevar a segurança no fornecimento de energia elétrica no Sistema Interligado Nacional (SIN), com energia proveniente de usinas especialmente contratadas para esta finalidade seja de novos empreendimentos de geração ou de empreendimentos existentes, tendo comercializado 12,60 MW médio ao preço médio de R\$206,48MWh. A energia elétrica negociada neste leilão será objeto de Contratos de Energia de Reserva (CER) na modalidade "quantidade de energia", com prazo de suprimento de 20 (vinte) anos.

Abaixo destacamos o detalhamento do início de suas operações com contratos firmados de fornecimento de energia por 20 anos:

Companhias	Contrato / Leilão	Data da publicação da portaria MME	Prazo de autorização	Qtd. de aerogeradores	Capacidade Instalada (MW)	Energia Contratada (MW médio)
Eólica Serra da Babilônia VIII	LER 09/2015	25/05/2016	35 anos	12	28,20	12,60

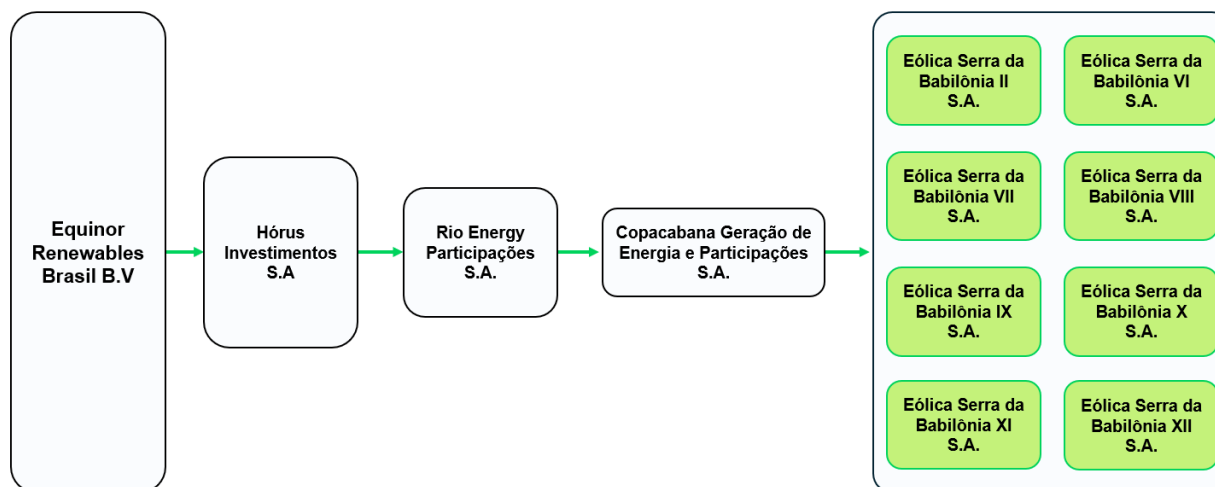
Abaixo está apresentada a atual estrutura da Companhia.



Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis materiais

2.1. Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis materiais adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”) e, quando aplicáveis, as regulamentações do órgão regulador, a Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”).

Essas demonstrações financeiras evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelo seu valor justo, quando requerido nas normas.

Ativos e passivos são classificados conforme seu grau de liquidez e exigibilidade e são classificados como circulantes quando for provável que sua realização ou liquidação ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

Todas as informações relevantes às demonstrações financeiras consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração em sua gestão das atividades da Companhia e suas controladas, conforme Orientação Técnica OCPC07.



Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 14 de março 2025, a Administração da Companhia autorizou a conclusão e divulgação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas referente ao exercício de 2024.

2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a Companhia atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras da Companhia estão apresentadas em R\$, que é a moeda funcional e, também, a moeda de apresentação da Companhia.

2.3. Uso de estimativas e julgamentos críticos

Na elaboração das demonstrações financeiras é necessário que a administração se baseie em estimativas e julgamentos para efetuar o registro de certas transações que afetam seus ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações em suas demonstrações financeiras.

Para apurar essas estimativas e as respectivas premissas, os diretores da Companhia utilizam as melhores informações disponíveis na data do balanço, revisam continuamente as estimativas e possuem experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando ainda pressupostos relativos a eventos futuros considerados razoáveis para as circunstâncias.

Os ajustes oriundos destas revisões são reconhecidos no exercício em que as estimativas são revisadas e aplicadas de maneira prospectiva.

A Companhia entende que as estimativas e premissas contábeis críticas contemplam o rol abaixo relacionado:

Estimativas	Nota
Vida útil e análise do valor recuperável ("impairment") do imobilizado e intangível	8 e 9
Provisões para desmobilização	15
Provisão socioambiental	14
Passivos de arrendamentos	12
Provisões e contingências	24
Valor justo dos instrumentos financeiros	23.5

2.4. Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.



Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou passivo, a Companhia usa dados verificados do mercado. Informações sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na nota explicativa nº 23 – instrumentos financeiros, gestão de riscos e valores justos.

2.5. Novos pronunciamentos contábeis

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, estão descritas a seguir e todas são aplicáveis para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2024.

Alterações no CPC 36 (R3) e CPC 18 (R2)	Venda ou Contribuição na forma de Ativos entre um Investidor e sua coligada ou Controlada em Conjunto
Alterações no CPC 26 (R1)	Classificação do Passivo como Circulante ou Não Circulante
Alterações no CPC 26 (R1)	Passivo Não Circulante com Covenants
Alterações no CPC 03 (R2) e CPC 40 (R1)	Acordos de Financiamento de Fornecedores
Alterações no CPC 06 (R2)	Passivo de Arrendamento em uma Transação de "Sale and Leaseback"

A adoção dessas alterações de normas não resultou em impactos significativos demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas.

2.7 Alterações em normas emitidas, mas ainda não vigentes

Alterações no CPC 18 (R3) e ICPC 09	Aplicação de método de equivalência patrimonial para mensuração de investimento em controladas
Alterações no CPC 02 (R2) e CPC 37 (R1)	Definição de conceito de moeda conversível e orientação sobre procedimentos para moedas não conversíveis

As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2025. Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras do Grupo.

3. Resumo das políticas contábeis materiais

As principais políticas contábeis da Companhia são aplicadas de maneira consistente nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

Os diretores da Companhia consideram que as políticas contábeis descritas abaixo são as mais relevantes para a elaboração de suas demonstrações financeiras.



Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

a) Instrumentos financeiros

a.1) Ativos financeiros

a.1.1) Políticas contábeis

A Companhia possui ativos e passivos financeiros e a administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégia operacional e controles internos visando assegurar a liquidez, segurança e rentabilidade. Os resultados obtidos com estas operações estão de acordo com o CPC 48 – Instrumentos financeiros e estão resumidas a seguir:

a.1.2) Classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias de mensuração:

- Mensurados ao valor justo (por meio do resultado); e
- Mensurados ao custo amortizado.

A classificação depende do modelo de negócio da entidade para gestão dos ativos financeiros e os termos contratuais dos fluxos de caixa.

a.1.3) Reconhecimento e desreconhecimento

No reconhecimento inicial, a Companhia mensura um ativo financeiro ao valor justo acrescido, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado, dos custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Os custos de transação de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são registrados como despesas no resultado.

Compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual o Grupo se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos e o Grupo tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade.

a.1.4) Mensuração dos ativos financeiros

Custo amortizado - os ativos, que são mantidos para coleta de fluxos de caixa contratuais quando tais fluxos de caixa representam apenas pagamentos do principal e de juros, são mensurados ao custo amortizado. As receitas com juros provenientes desses ativos financeiros são registradas em receitas financeiras usando o método da taxa efetiva de juros. Quaisquer ganhos ou perdas devido à baixa do ativo são reconhecidos diretamente no resultado. As perdas por *impairment* são apresentadas em uma conta separada na demonstração do resultado.



Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Valor justo por meio do resultado - os ativos que não atendem os critérios de classificação de custo amortizado ou de valor justo por meio de outros resultados abrangentes são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Eventuais ganhos ou perdas em um investimento em título de dívida que seja subsequentemente mensurado ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos no resultado e apresentados líquidos em outros ganhos/(perdas), no exercício em que ocorrerem.

a.1.5) Impairment de ativos financeiros

As provisões para perdas com ativos financeiros são baseadas em premissas sobre o risco de inadimplência e nas taxas de perdas esperadas. A Companhia aplica julgamento para estabelecer essas premissas e para selecionar os dados para o cálculo do impairment, com base no histórico da Companhia, nas condições existentes de mercado e nas estimativas futuras ao final de cada exercício. Para as contas a receber, a Companhia aplica a abordagem simplificada conforme permitido pelo CPC 48 e, por isso, reconhece as perdas esperadas ao longo da vida útil a partir do reconhecimento inicial dos recebíveis.

b) Caixa e equivalentes de caixa

A Companhia classifica nessa categoria os saldos de caixa, de contas bancárias de livre movimentação e os investimentos de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor e cujo vencimento seja inferior a 90 dias a partir da data de contratação.

c) Depósitos vinculados (Conta reserva)

Referem-se às contas-corrente e aplicações financeiras vinculadas a: (i) Pagamentos de Operação & Manutenção - O&M dos aerogeradores, (ii) parcelas dos financiamentos do BNDES e (iii) parcelas das debêntures de infraestrutura, conforme mecânica estipulada no Contrato de Cessão, firmado junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e à Pentágono S.A. DTVM, na qualidade de Agente Fiduciário representando os debenturistas da Copacabana Geração de Energia S.A. As contas terão valores retidos até a final liquidação de todas as obrigações garantidas. As aplicações possuem remuneração baseada na variação do Certificado de Depósitos Interbancários (CDI).

d) Contas a receber de clientes

São registrados os valores a receber pelo faturamento da venda de energia.

O faturamento mensal das controladas é feito em uma única parcela. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.



Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

d.1) PECLD - Perda Estimada para Créditos de Liquidação Duvidosa

A Companhia utiliza estimativas para calcular a perda de crédito esperada para o contas a receber, baseadas em dias de atraso para agrupamentos de clientes que apresentam padrões de perda semelhantes. Esta estimativa baseia-se inicialmente nas taxas de perda histórica observada pela Companhia para determinado agrupamento de contas a receber e é revisada prospectivamente para ajustá-la de acordo com a percepção histórica de risco de crédito.

Em 30 de setembro de 2024, o Grupo não apresentava contas a receber em atraso.

e) Tributos sobre o lucro

e.1) Tributos correntes

O imposto de renda e a contribuição social estão baseados na receita tributável e a forma de tributação das controladas é o lucro presumido. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada pelas controladas com base nas alíquotas vigentes no final de cada exercício de relatório

e.2) ICPC 22 - Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro

Em relação ao ICPC 22, a Companhia não adota nenhum procedimento contábil em desacordo com a legislação fiscal que possa oferecer risco de interpretação divergente por parte do fisco.

f) Imobilizado

Os ativos que compõem o imobilizado estão registrados ao custo de aquisição ou construção, incluindo gastos com equipamentos, materiais, pessoal, socioambientais, desmobilização de ativos e encargos financeiros de empréstimos, todos diretamente atrelados à construção dos parques eólicos, deduzidos de depreciação e perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

A cada data de balanço, ou sempre que houver algum fato que requeira análise, a Companhia verifica se há indicação de que seus ativos tangíveis e intangíveis tenham sofrido alguma perda por redução ao valor recuperável, providenciando os ajustes contábeis se necessários. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado.



Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A depreciação é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada. O ativo imobilizado está composto principalmente por aerogerador, edificação, infraestruturas elétricas, obras civis e linha de transmissão, representando o complexo eólico, e é depreciado com base na vida útil do bem.

A Companhia revisa, ao final de cada exercício, se apropriado, os critérios utilizados para determinação da vida útil estimada do ativo imobilizado e para o cálculo da depreciação.

A depreciação é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

Ativos	Anos
Obras civis, edificação, aerogerador, linha de transmissão, infraestruturas elétricas	30
Máquinas e equipamentos (Computadores, periféricos etc.)	10
Veículos	5
Móveis e utensílios	10

g) Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável, quando aplicável. A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida.

Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados de acordo com sua vida útil econômica estimada e, quando são identificadas indicações de perda de seu valor recuperável, submetidos a teste para análise de perda no seu valor recuperável. Os ativos intangíveis servidão de passagem e estudos e projetos possuem 20 anos de vida útil.

O valor de servidão de passagem são contratos firmados com indivíduos proprietários de imóveis por onde passam estruturas dos parques eólicos.

Os valores classificados na rubrica de “Estudos e projetos” referem-se aos ativos adquiridos conforme contrato de compra de ativos e direito de uso com os desenvolvedores do projeto.

Os ativos consistem nos direitos de uso necessários para o desenvolvimento dos projetos eólicos, que estão em fase operacional.



Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

h) Despesas antecipadas

h.1) Seguros

São demonstradas pelos valores efetivamente contratados, deduzidos das amortizações incorridas até a data do balanço. As amortizações são registradas em contrapartida ao resultado.

i) Provisão socioambiental

O Grupo registrou a valor presente os custos com programas ambientais, como definido pela orientação OCPC 05 (Contrato de Concessão, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC). O Grupo registrou os custos ambientais futuros, decorrentes da Licença Prévia (“LP”) e da Licença de Instalação (“LI”) e programas ambientais, reconhecendo um passivo com contrapartida no ativo imobilizado, sendo depreciado a partir da entrada em operação comercial dos empreendimentos.

j) Provisões para desmobilização de ativos

No momento que um parque eólico entra em operação e quando há previsão contratual para desmobilização o Grupo provisiona os custos de desmobilização de ativos de geração, que serão incorridos no desmantelamento dos equipamentos e na restauração e recuperação do sítio.

A estimativa foi mensurada com base no valor presente dos custos esperados para liquidar a obrigação, utilizando uma taxa de mercado, com base na melhor estimativa na data de reporte, e são reconhecidos em contrapartida dos custos do correspondente ativo.

A atualização financeira da provisão é reconhecida na demonstração do resultado conforme incorrido. A provisão é revisada anualmente e quaisquer ajustes de estimativa são efetuados em contrapartida do custo do ativo.

k) Arrendamentos

Os arrendamentos são reconhecidos pelo Grupo, de acordo com o CPC 06 (R2) Arrendamentos, como um ativo de direito de uso e um passivo correspondente na data em que o ativo arrendado se torna disponível para uso pelas companhias do Grupo.

Cada pagamento de arrendamento é alocado entre o passivo e as despesas financeiras. As despesas financeiras são reconhecidas no resultado durante o período do arrendamento. O ativo de direito de uso é depreciado ao longo da vida útil do ativo ou do prazo do arrendamento pelo método linear, dos dois o menor. Os ativos e passivos provenientes de um arrendamento são inicialmente mensurados ao valor presente.



Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os passivos de arrendamento incluem o valor presente líquido dos pagamentos de arrendamentos a seguir:

- pagamentos fixos (incluindo pagamentos fixos na essência, menos quaisquer incentivos de arrendamentos a receber);
- pagamentos variáveis de arrendamentos variáveis que dependem de índice ou de taxa;
- valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual;
- o preço de exercício de uma opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de que irá exercer essa opção;
- pagamentos de multas por rescisão do arrendamento se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

Os pagamentos de arrendamentos são descontados utilizando a taxa de juros implícita no arrendamento. Caso essa taxa não possa ser prontamente determinada, a taxa incremental de empréstimo do arrendatário é utilizada, sendo esta a taxa que o arrendatário teria que pagar em um empréstimo para obter os fundos necessários para adquirir um ativo de valor semelhante, em um ambiente econômico similar, com termos e condições equivalentes.

Para determinar a taxa incremental de empréstimo, o Grupo:

- sempre que possível, utiliza como ponto de partida taxas de financiamentos recentes contratados com terceiros, ajustadas para refletir as mudanças nas condições de financiamento desde que tal financiamento de terceiro fora recebido;
- usa uma abordagem progressiva que parte de uma taxa de juros livre de risco ajustada para o risco de crédito para arrendamentos mantidos pelo Grupo, sem financiamento recente com terceiros; e
- faz ajustes específicos à taxa, como no prazo, país, moeda e garantia, por exemplo.

O Grupo está exposto a potenciais aumentos futuros nos pagamentos de arrendamentos variáveis com base em um índice ou taxa, os quais não são incluídos no passivo de arrendamento até serem concretizados. Quando os ajustes em pagamentos de arrendamentos baseados em um índice ou taxa são concretizados, o passivo de arrendamento é reavaliado e ajustado em contrapartida ao ativo de direito de uso.

Os pagamentos de arrendamentos são alocados entre o principal e as despesas financeiras. As despesas financeiras são reconhecidas no resultado durante o período do arrendamento para produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo para cada exercício.



Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, de acordo com os itens a seguir:

- o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento;
- quaisquer pagamentos de arrendamentos feitos na data inicial, ou antes dela, menos quaisquer incentivos de arrendamento recebidos;
- quaisquer custos diretos iniciais; e
- custos de restauração.

l) Impairment de ativos não financeiros

Os ativos são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de alienação e o seu valor em uso.

Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)).

m) Fornecedores

A rubrica registra valores a pagar, com base em faturas recebidas e medições de obra, ou por estimativa, na ausência de documentação pertinente. Eles são, inicialmente, reconhecidos por valor justo e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado com uso do método da taxa efetiva de juros.

n) Ajuste a valor presente

Os ativos e passivos decorrentes de operações de longo prazo são ajustados a valor presente, com base em taxas de juros de mercado na data da transação.

o) Financiamentos

São reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos nas captações e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros.



Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os custos de financiamentos gerais e específicos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de financiamentos são reconhecidos como despesa no exercício em que são incorridos.

p) Provisões regulatórias

Os Contratos de Energia Nova celebrados entre as empresas do Grupo e as distribuidoras estabelecem que sejam apuradas, a cada ano e quadriênio contratual, as diferenças entre a energia gerada das usinas e a energia contratada. Os contratos estabelecem limites para os desvios negativos (provisão para ressarcimento regulatório o passivo – quando aplicável) e positivos (contas a receber regulatório, nota explicativa nº5), com aplicação de penalidades ou receita extra.

q) Reconhecimento da receita

q.1) Venda de energia elétrica

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela geração e comercialização de energia no curso normal das atividades do Grupo. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos, dos descontos e das provisões para ressarcimento regulatório (provisões efetuadas caso a geração de energia elétrica seja abaixo do contratado e o Grupo, conforme cláusulas contratuais, precisa restituir aos clientes).

Todas as contabilizações de receita com venda de energia do Grupo estão de acordo o CPC 47 – Receita de Contrato com Clientes, aprovado pelo CFC através da CFC - NBC TG 47, e sua aplicação produz reflexos contábeis que estão em conformidade com o documento editado pelo CPC.

O Grupo reconhece a receita pelo valor justo da contraprestação a receber no momento em que a energia gerada é comercializada, mediante a multiplicação da quantidade de energia gerada pelo preço contratado, conforme cláusulas contratuais.

O Grupo reconhece a receita quando atendidos os cinco passos do modelo de reconhecimento de receita do CPC47 e quando seu respectivo valor puder ser mensurado com segurança.

Cinco etapas do reconhecimento da receita: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho.



Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O CPC 47 estabelece uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida e por quanto a receita é mensurada. De acordo com o CPC 47, a receita é reconhecida quando o cliente obtém o controle dos bens ou serviços. Determinar o momento da transferência de controle - em um momento específico no tempo ou ao longo do tempo - requer julgamento.

q.2) Receita financeira

A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do instrumento financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial deste ativo.

r) Custos e despesas

São apurados em conformidade com o regime contábil de competência.

Os custos são compostos basicamente por: depreciação e amortização, serviços de operação e manutenção e custos de transmissão de energia.

As despesas são compostas principalmente por: consultorias e assessorias, depreciação e amortização, serviços gerais, ocupações e bens, pessoal e encargos sociais, outras despesas gerais e administrativas e despesas financeiras (principalmente juros sobre financiamentos).

4. Caixa e equivalentes de caixa

	2024	2023
Caixa e bancos	10	16
Aplicações financeiras de liquidez imediata	19.116	10.280
	19.126	10.296

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, as aplicações financeiras encontram-se em investimentos de renda fixa indexados à taxa de depósito interbancário.

As aplicações financeiras de liquidez imediata tiveram em 2024 o rendimento médio de 102% do CDI. A remuneração média dessas aplicações em 2023 foi de 106,2% do CDI.

As aplicações financeiras possuem vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, sendo prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, as quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor.

As aplicações financeiras são mantidas com a finalidade de atender aos compromissos de caixa de curto prazo e não para investimentos com outros propósitos.



Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Contas a Receber

	2024	2023
Contas a receber (a)	2.708	2.735
Contas a receber regulatório (b)	-	740
Total circulante	2.708	3.475

- (a) As contas a receber de clientes correspondem aos Contratos de Energia de Reserva – CERs no curso normal das atividades da Companhia, conforme apuração realizada ao final de cada ano contratual. O prazo para recebimento é inferior a um ano e, dessa forma, as contas a receber são classificadas no ativo circulante;
- (b) Contas a receber referente à geração a maior apurada ao final do primeiro quadriênio, encerrado em outubro de 2022. De acordo com as regras de comercialização, os valores foram recebidos em 24 parcelas a partir de 2023, já tendo a Companhia recebido todas as parcelas.

6. Partes relacionadas

	2024	2023
Contas a pagar – Consórcio com Serra da Babilônia II	784	200
Contas a pagar – Compartilhamento com Copacabana	47	65
Total Contas a pagar	831	265

A Companhia possui contrato de consórcio e compartilhamento por meio do qual estabeleceu uma estrutura operacional de comunhão de esforços para compartilhamento de custos e despesas necessários à implementação do projeto e gerados por recurso e negócios administrativos mantidos em comum, concentrando as obrigações junto a terceiros decorrentes de custos operacionais “Consórcios” e obrigações decorrentes de custos administrativos “Compartilhamento”.

7. Depósitos vinculados (Conta reserva)

	2024	2023
Conta corrente	3.074	2.984
Aplicações financeiras de liquidez imediata	5.845	5.683
	8.919	8.667
Circulante	3.565	3.780
Não circulante	5.354	4.887



Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Imobilizado

A movimentação do ativo imobilizado por grupo de ativos é como segue:

Custo ou avaliação	Obras civis 1	Obras elétricas	Linha de transmissão	Aerogerador	Outros imobilizados	Custo financeiro	Custos de transação	Direito de uso	Desmobilização	Custos ambiental	Total
Em 31 de dezembro de 2022	14.707	7.647	4.639	98.541	3.072	6.637	2.825	4.713	493	1.278	144.552
Adições	-	-	-	-	71	-	-	169	144	-	384
Baixa	-	-	-	-	(51)	-	-	-	-	-	(51)
Depreciação	(579)	(301)	(183)	(3.880)	(135)	(261)	(110)	(183)	(35)	(47)	(5.714)
Em 31 de dezembro de 2023	14.128	7.346	4.456	94.661	2.957	6.376	2.715	4.699	602	1.231	139.171
Adições	-	-	-	-	-	-	-	-	149	-	149
Baixa	-	-	-	-	-	-	-	(13)	-	-	(13)
Depreciação	(580)	(301)	(183)	(3.884)	(130)	(261)	(109)	(189)	(39)	(47)	(5.723)
Em 31 de dezembro de 2024	13.548	7.045	4.273	90.777	2.827	6.115	2.606	4.497	712	1.184	133.584

¹ Em 31 de dezembro de 2023, a movimentação dos saldos de obras civis e obras civis edificações era apresentada em colunas distintas. A fim de otimizar a apresentação dessas colunas de mesma natureza para a divulgação de 31 de dezembro de 2024 estamos apresentando tais saldos somados em um único grupo.



Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Custo	17.387	9.053	5.483	116.513	3.671	7.845	3.268	5.663	1.183	1.402	171.468
Depreciação acumulada	(3.259)	(1.707)	(1.027)	(21.852)	(714)	(1.469)	(553)	(964)	(581)	(171)	(32.297)
Em 31 de dezembro de 2023	14.128	7.346	4.456	94.661	2.957	6.376	2.715	4.699	602	1.231	139.171
Custo	17.387	9.053	5.483	116.513	3.671	7.845	3.268	5.650	1.330	1.402	171.602
Depreciação acumulada	(3.838)	(2.009)	(1.209)	(25.735)	(843)	(1.732)	(662)	(1.152)	(620)	(218)	(38.018)
Em 31 de dezembro de 2024	13.549	7.044	4.274	90.778	2.828	6.113	2.606	4.498	710	1.184	133.584

Análise de perda ao valor recuperável dos ativos de longo prazo

A Administração da Companhia não identificou mudanças de circunstâncias ou sinais de obsolescência tecnológica, bem como evidências de que seus ativos utilizados em suas operações não são recuperáveis perante seu desempenho operacional e financeiro, e concluindo que em 31 de dezembro de 2024 e 2023, não existia necessidade de registrar qualquer provisão para perda em seus ativos imobilizados. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, não foram identificados indicadores de potencial impairment sobre o ativo imobilizado da Companhia.



Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Intangível

	Servidão de passagem	Estudos e Projetos	Total
Em 31 de dezembro de 2022	234	6.139	6.373
Amortização	(15)	(383)	(398)
Em 31 de dezembro de 2023	219	5.756	5.975
Amortização	(15)	(383)	(398)
Em 31 de dezembro de 2024	204	5.373	5.577

Custo	297	7.669	7.966
Amortização acumulada	(77)	(1.914)	(1.991)
Em 31 de dezembro de 2023	220	5.755	5.975

Custo	297	7.669	7.966
Amortização acumulada	(92)	(2.297)	(2.389)
Em 31 de dezembro de 2024	205	5.372	5.577

Análise de perda ao valor recuperável dos ativos intangíveis

A administração da Companhia não identificou mudanças de circunstâncias ou sinais de obsolescência tecnológica, bem como evidências de que seus ativos intangíveis em suas operações não são recuperáveis perante seu desempenho operacional e financeiro, concluindo que em 31 de dezembro de 2024 e 2023 não existia necessidade de registrar qualquer provisão para perda em seus ativos intangíveis.

10. Fornecedores e outras obrigações

	2024	2023
Fornecedores e outras obrigações	420	404
	420	404

As contas a pagar com fornecedores refere-se principalmente: (a) a aquisição de serviços, materiais e equipamentos, aplicados na manutenção e operações do parque eólico e (b) provisões de prestação de serviços ainda não faturados aplicados nas operações e manutenções do parque eólico (c) impostos a pagar.



Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Financiamentos

	2024	2023
Financiamento – BNDES	93.882	98.546
(-) Custo de transação	(2.490)	(2.724)
	91.392	95.822
Circulante	5.969	8.321
Não circulante	85.423	87.501

a) Financiamentos - BNDES – Banco de Desenvolvimento Econômico e Social

Controladas	Instituição Financeira	Modalidade	Assinatura do Contrato	Vencimento	Taxa (a.a.)	31/12/2024	Valor do contrato
Eólica SDB VIII	BNDES	Financiamento de Longo Prazo	13/03/2017	15/05/2035	TJLP + 2,48%	93.882	105.450
Subtotal						93.882	105.450
Custo de transação						(2.490)	-
Total						91.392	105.450

b) Custo de transação

Os custos de transação da dívida, compreendendo comissões pagas a agentes financeiros (bancos coordenadores) responsáveis pela captação foram contabilizados em conta redutora de empréstimo no exercício como custo de transação.

c) Garantias (Fianças)

Como garantia do pagamento dos financiamentos com o BNDES, as companhias do Grupo Copacabana apresentaram (i) os direitos emergentes dos contratos de fornecimento e de operação e manutenção das turbinas e dos CERs, incluindo os direitos creditórios decorrentes das autorizações concedidas por meio de portarias emitidas pelo Ministério de Minas e Energia (“MME”) para produção independente de energia; (ii) contrato de penhor de máquinas e equipamentos e outras avenças; (iii) contrato de penhor de ações da Copacabana Geração de Energia e Participações S.A. e controladas e (iv) cessão fiduciária dos direitos de crédito a elas relacionados, inclusive os recursos nelas depositados.



Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

d) Compromissos contratuais (Covenants)

Condições restritivas dos empréstimos e financiamentos BNDES:

Controladas	Descrição	Modalidade	Índice de cobertura do Serviço da Dívida (ICSD)
Eólicas Serra da Babilônia	BNDES	Financiamento de Longo Prazo	1,3

A dívida obtida junto ao BNDES possui cláusulas contratuais que preveem o cumprimento de determinados índices financeiros, calculados a partir da divisão da geração de caixa da atividade pelo serviço da dívida do ano de referência com base em informações financeiras registradas nas demonstrações financeiras anuais. O cumprimento do ICSD de 1,3 mencionado acima se refere ao consolidado da Controladora.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia em conjunto com sua Controladora atingiu os indicadores requeridos contratualmente.

e) Depósitos vinculados para garantia das operações

Parte dos depósitos vinculados referem-se a contas correntes e aplicações financeiras vinculadas a parcela de curto prazo dos financiamentos do BNDES. As aplicações, no montante de R\$ 5.845 em 2024, têm remuneração baseada na variação dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDIs).

f) Quadro de movimentação dos empréstimos e financiamentos

BNDES	
Saldo em 31/12/2022	99.586
Juros (resultado)	9.202
Amortização dos custos de transação (resultado)	233
Pagamento de principal e juros	(13.199)
Saldo em 31/12/2023	95.822
Juros(resultado)	8.636
Amortização dos custos de transação (resultado)	233
Pagamento de principal e juros	(13.299)
Saldo em 31/12/2024	91.392

g) Cronograma de amortização em 31 de dezembro de 2024

	2024
1º de Janeiro de 2025 a 31 de dezembro de 2025	5.969
1º de Janeiro de 2026 a 31 de dezembro de 2026	6.479
1º de Janeiro de 2027 a 31 de dezembro de 2027	7.028
1º de Janeiro de 2028 a 31 de dezembro de 2028	7.624
1º de Janeiro de 2029 a 15 de maio de 2035	66.782
Subtotal	93.882
Custo de transação	(2.490)
Total	91.392



Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Arrendamento

	2024	2023
Arrendamento mercantil (terreno parque eólico)	5.630	5.820
	5.630	5.820
Circulante	514	352
Não circulante	5.116	5.468

Arrendamento mercantil (terreno parque eólico)

A Companhia arrenda terreno onde está instalado o parque eólico e vincula parte do arrendamento aos contratos de venda de energia. Esses contratos possuem vigência semelhante aos prazos de autorização governamental para operação dos parques, geralmente 35 anos

Os impactos na contabilização dos ativos, passivos e resultado estão demonstrados abaixo:

Balço patrimonial	2024	2023
Ativo		
Imobilizado	5.650	5.663
Depreciação	(1.152)	(964)
Total do ativo	4.498	4.699
Passivo		
Circulante		
Passivo de arrendamento	514	485
Não circulante		
Passivo de arrendamento	5.116	5.335
Total do passivo	5.630	5.820
Demonstração do resultado	2024	2023
Custos da energia vendida		
Depreciação	189	183
Resultado financeiro		
Despesa financeira	402	470
Impacto no resultado	591	653



Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O ativo imobilizado decorrente do direito de uso está demonstrado na nota explicativa nº 8. A mensuração dos passivos de arrendamento compreende o fluxo futuro dos pagamentos contratuais mínimos de aluguel, trazidos a valor presente pela taxa real de desconto. Tal taxa de desconto corresponde à taxa incremental sobre os empréstimos da Companhia com base no prazo médio de cada contrato de arrendamento.

A Companhia estimou as taxas de desconto, com base nas taxas de juros livres de risco observadas no mercado brasileiro, para os prazos de seus contratos, ajustadas à sua realidade ("spread" de crédito). Os "spreads" foram obtidos por meio de sondagens junto a potenciais investidores de títulos de dívida da Companhia. A tabela abaixo evidencia a taxa praticada levando em consideração os prazos dos contratos:

Contrato por prazo e taxa de desconto

Controlada	Vencimento do Contrato	Taxa % a.a.
Eólicas Serra da Babilônia	Out/2038	9,13%

Passivos de arrendamento

As movimentações dos saldos dos passivos de arrendamento são apresentadas no quadro abaixo:

Saldo em 31 de dezembro de 2022	5.731
Juros provisionados	470
Ajustes por remensuração da inflação acumulada	169
Pagamentos	(550)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	5.820
Juros provisionados	402
Ajustes por remensuração da inflação acumulada	(13)
Pagamentos	(579)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	5.630

A Companhia apresenta, no quadro abaixo, a análise de seus contratos com base nas datas de vencimento. Os valores estão apresentados com base nas prestações não descontadas:



Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Maturidade dos contratos:

Vencimento das prestações	2024
Menos de 1 ano	600
Entre 1 e 3 anos	1.282
Entre 3 e 5 anos	1.381
Acima de 5 anos	7.399
Valores não descontados	10.662
Juros embutidos	(5.032)
Saldo dos passivos de arrendamento	5.630

Ativos de direito de uso

A movimentação de saldos dos ativos de direito de uso é evidenciada abaixo:

Saldo em 31 de dezembro de 2022	4.713
Ajustes por remensuração da inflação	169
Despesa de depreciação	(183)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	4.699
Ajustes por remensuração da inflação	(13)
Despesa de depreciação	(189)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	4.497

13. Obrigações fiscais e trabalhistas

	2024	2023
IRPJ a pagar	396	195
CSLL a pagar	158	134
PIS e COFINS a pagar	112	105
PIS, COFINS, IR e CS terceiros	15	14
INSS	33	31
PIS, COFINS, IR e CS diferido	-	294
	714	773
Passivo circulante	633	733
Passivo não circulante	81	-



Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Provisão para ressarcimento regulatório

	2024	2023
Provisão para ressarcimento regulatório	6.747	-
Total	6.747	-

A movimentação é evidenciada abaixo:

Provisão para ressarcimento regulatório de 2023	-
Pagamentos	-
Ressarcimento anual (ano contratual 2024)	6.747
Provisão para ressarcimento regulatório de 2024	6.747

Provenientes de contratos de geração de energia firmados no mercado regulado, onde existem cláusulas que obrigam as controladas, no caso de geração abaixo do contrato, a ressarcir os respectivos valores aos compradores.

Para a apuração das provisões para ressarcimento foram considerados valores de constrained-off estimados com base nas apurações do Operador Nacional do Sistema – ONS. Os montantes de ressarcimento apurados em 2024 foram reduzidos pelo reconhecimento do constrained-off. Os valores de ressarcimento só deverão ser cobrados quando a CCEE divulgar e recontabilizar os montantes. Em 31 de dezembro de 2024 o órgão regulador não havia divulgado o calendário.

15. Provisão socioambiental

	2024	2023
Compensação ambiental	802	903
	802	903

Com a finalidade de atender ao preconizado na orientação OCPC 05 (Contrato de Concessão, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC)), a Companhia registrou os custos ambientais futuros decorrentes da Licença Prévia ("LP"), da Licença de Instalação ("LI") e programas ambientais, reconhecendo em seus ativos e passivos o valor presente das respectivas obrigações. Trata-se de custos referentes a compensação ambiental do empreendimento. A compensação ambiental é uma exigência legal (Lei nº 9.985/2000) nos casos de licenciamento ambiental de empreendimentos de significativo impacto ambiental, assim considerado pelo órgão ambiental competente, com fundamento em Estudo de Impacto Ambiental e respectivo relatório (EIA/RIMA).



Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia vem provisionando os valores referentes à compensação ambiental de acordo com a exigência legal e em 2022 ajustou a referida provisão devido a notificação do Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídrico (INEMA).

Em 2024 a Companhia não recebeu novas notificações, ocorrendo apenas a atualização do IPCA conforme decreto 22.087.

16. Provisão para desmobilização

	2024	2023
Desmobilização aerogerador		2.012
Desmobilização infraestrutura Elétrica		168
Total		2.180

Conforme determinado em contratos com proprietários de terras, foi provisionado pelo Grupo o valor estimado para as despesas que serão incorridas pelo desmantelamento dos equipamentos e pela restauração e recuperação dos terrenos ao término da concessão, que possui um período de 30 anos. A estimativa foi mensurada utilizando o valor presente (AVP) dos gastos necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa de desconto. A taxa de desconto utilizada para o valor presente dos fluxos de caixa é uma taxa de juros livre de risco, sendo utilizada no momento do reconhecimento da provisão, a taxa dos títulos do governo brasileiro com vencimento em 10 anos (NTNF).

Abaixo o quadro com a taxa utilizada:

Projeto	Título	Taxa
Serra da Babilônia Fase 1 (Grupo Copacabana)	NTNF 2029	13,00 % a.a

As estimativas incluem desmobilização de todos os bens equipamentos de geração, medição instalados e afixados nos terrenos que sejam relacionados à Companhia.

Saldo em 31 de dezembro de 2022	1.678
Atualização da provisão dos custos para desmobilização	144
Resultado financeiro	358
Saldo em 31 de dezembro de 2023	2.180
Atualização da provisão dos custos para desmobilização	2.514
Resultado financeiro	146
Saldo em 31 de dezembro de 2024	2.660



Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Patrimônio líquido

a. Capital social

17.1.1. Capital subscrito

Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 o capital social totalmente subscrito e integralizado é de R\$ 45.975, dividido em 58.788 mil ações, sendo 53.645 mil ações ordinárias e 5.143 mil ações preferenciais resgatáveis, todas nominativas e sem valor nominal.

17.2. Reserva de capital

Referem-se ações preferenciais resgatáveis, nominativas e sem valor nominal, constituídas visando a obtenção de recursos captados por meio da emissão de debêntures da controladora (Copacabana Geração de Energia e Participações S.A.). De acordo com Ata de Assembleia Geral Extraordinária, em 21 de setembro de 2018, foi aprovada a emissão de ações preferenciais resgatáveis, todas nominativas e sem valor nominal, pelo preço de emissão de R\$ 1 (um real) por ação, fixado de acordo com o critério estabelecido no art. 170, §1º, II, da Lei das Sociedades por Ações, sendo que: (a) do preço de emissão das ações preferenciais resgatáveis, 1,00% será destinado à conta de capital e 99,00% à conta de reserva de capital.

Em 2024 conforme ata de assembleia geral extraordinária foram aprovados a emissão e o resgate de ações preferencias resgatáveis, todas nominativas e sem valor nominal, pelo preço de R\$1,00 (um real) por ação, conforme a seguir:

	Quantidade de ações - milhares
Em 31 de dezembro de 2022	8.828
Resgate de ações preferencias	(1.862)
Em 31 de dezembro de 2023	6.966
Resgate de ações preferencias	(1.985)
Em 31 de dezembro de 2024	4.981

17.3. Reserva legal

Em conformidade com o art. 193 da Lei 6.404/76 e art. 18 do Estatuto Social da Companhia, é constituída reserva legal equivalente a 5% do lucro líquido apurado em cada exercício, até atingir 20% do capital social subscrito. O saldo em 31 de dezembro de 2024 é de R\$ 1.513.

17.4. Política de distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos da Companhia obedecerá às destinações de seu Estatuto Social e à Lei das Sociedades Anônimas. As destinações do lucro líquido da Companhia são demonstradas a seguir:

- (i) 5% para reserva legal, até atingir 20% (vinte por cento) do capital social subscrito;



Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (i) constituição para reserva de contingências, se proposto pela administração e aprovado por Assembleia Geral;
- (ii) pagamento de dividendo mínimo obrigatório, nos termos do Estatuto Social.
- (iii) retenção de reserva de lucros com base em orçamento de capital, se proposto pela administração e aprovado por Assembleia Geral; e
- (iv) saldo de lucro líquido será objeto de distribuição de dividendos conforme proposto pela administração e deliberação da Assembleia Geral.

Os acionistas terão direito de receber, em cada exercício, a título de dividendo mínimo obrigatório, 25% (vinte cinco por cento) do saldo do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da Lei das S.A.

Sempre que o montante do dividendo obrigatório ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido do exercício, a administração poderá propor, e a Assembleia Geral, aprovar destinar o acesso à constituição de reserva de lucros a realizar.

A Assembleia Geral poderá atribuir aos Administradores uma participação dos lucros, observados os limites legais pertinentes.

A Companhia provisionou dividendos mínimos obrigatórios de R\$ 1.880 em 31 de dezembro de 2023, que foram liquidados em 02 de maio de 2024.

O cálculo dos dividendos em 31 de dezembro de 2024 pode ser assim demonstrado:

	2024
Lucro líquido do exercício	3.969
Reserva legal	(198)
Base de cálculo de dividendos	3.771
Dividendo mínimo obrigatório - 25%	943
Reserva de lucros	2.828

18. Receita Líquida

	2024	2023
Receita operacional - Geração de energia	29.502	32.959
Impostos sobre vendas	(1.077)	(1.203)
	28.425	31.756



Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Custos da energia vendida

	2024	2023
Custos de operação e manutenção	(3.464)	(3.480)
Custos de transmissão	(1.698)	(1.610)
Depreciação e amortização	(6.111)	(6.095)
Outros custos operacionais	(632)	(279)
Compra de energia	(4)	(2)
	(11.909)	(11.466)

a) O aumento na linha de "Outros Custos" deve-se à paragem trienal para manutenção do parque, incluindo reparos no acesso interno, banco de capacitores e filtros harmônicos.

20. Gerais e administrativas

	2024	2023
Consultorias e assessorias	(597)	(613)
Serviços gerais	(117)	(165)
Pessoal e encargos sociais	(623)	(816)
Impostos e taxas	(131)	(174)
Ocupações e bens	(138)	(8)
Seguro	(438)	(397)
Manutenções e reparos	-	(3)
Depreciação	(10)	(17)
Viagens	(53)	(20)
Publicidade	(9)	-
	(2.116)	(2.213)

21. Resultado financeiro, líquido

	2024	2023
Receitas sobre aplicação financeira	2.109	1.757
Outras receitas financeiras	-	32
Receitas financeiras	2.109	1.789
Juros sobre financiamentos	(8.636)	(9.202)
Juros sobre arrendamento	(402)	(470)
Juros sobre desmobilização	(331)	(358)
Fianças bancárias	(50)	(49)
Amortização dos custos de transação	(233)	(233)
Multa regulatória	(1.362)	-
Outras despesas financeiras	75	(44)
Despesas financeiras	(10.939)	(10.356)
Resultado financeiro, líquido	(8.830)	(8.567)



Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

22. Imposto de renda e contribuição social correntes

A demonstração entre a despesa total calculada pela aplicação das alíquotas fiscais e as despesas de imposto de renda e contribuição social debitadas no resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 com base na tributação pelo Lucro Presumido é de:

	2024		2023	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Receita operacional	29.502	29.502	32.959	32.959
Alíquota aplicada sobre a receita	8%	12%	8%	12%
Base de cálculo	2.360	3.540	2.637	3.955
Receitas financeiras	2.109	2.109	1.789	1.789
Ganho de capital	-	-	11	11
Alíquotas utilizadas para o cálculo	15% e 10%	9%	15% e 10%	9%
Total imposto de renda e contribuição social	(1.094)	(507)	(1.086)	(517)
Alíquota efetiva	3,71%	1,72%	3,29%	1,57%

23. Instrumentos financeiros, gestão de riscos e valores justos

23.1. Instrumentos financeiros

A Companhia opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para caixa e equivalentes de caixa, incluindo aplicações financeiras, fornecedores e financiamentos.



Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativos e passivos financeiros

Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia, em 31 de dezembro de 2024 e 2023, estão descritos a seguir:

Ativos financeiros	Nota	Mensuração	2024	2023
Caixa e bancos		Valor justo por meio do resultado	10	16
Aplicações financeiras		Valor justo por meio do resultado	19.116	10.280
Caixa e equivalentes de caixa	4		19.126	10.296
Bancos		Valor justo por meio do resultado	3.074	2.984
Aplicações financeiras		Valor justo por meio do resultado	5.845	5.683
Depósitos vinculados	7		8.919	8.667
Contas a receber	5	Custo amortizado	2.708	3.475
Total dos ativos financeiros			30.753	22.438
Passivos financeiros	Nota	Mensuração	2024	2023
Fornecedores e outras obrigações	10	Custo amortizado	421	404
Empréstimos e financiamentos	11	Custo amortizado	91.392	95.822
Passivos de arrendamento	12	Custo amortizado	5.630	5.820
Partes relacionadas	6	Custo amortizado	831	265
Total dos passivos financeiros			98.274	102.311

23.2. Gestão dos riscos

A Companhia possui em sua estrutura uma área responsável pelo monitoramento de processos de controles, visando assegurar que as normas e procedimentos internos possuam um nível mínimo adequado de segurança aos registros efetuados.

A gestão de riscos é realizada pela tesouraria central da Companhia, segundo as políticas aprovadas pela Administração. A tesouraria da Companhia identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as unidades operacionais da Companhia. A Administração estabelece princípios, para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas, como risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito e não derivativos e investimentos de excedentes de caixa.

23.3. Riscos resultantes dos instrumentos financeiros

Os principais riscos que a Companhia possui exposição são os seguintes:



Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

23.3.1. Risco de mercado

i) Risco de taxa de juros

A Companhia está exposta ao risco de taxa de juros em decorrência de financiamentos de longo prazo, cujas obrigações financeiras estão atreladas a taxas flutuantes denominadas Taxa de Juros de Longo Prazo ("TJLP"). Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia mantinha financiamentos com o BNDES atrelados à TJLP. Em 31 de dezembro de 2024, a TJLP oficial estava em 7,43% ao ano e no final do exercício de 2023 foi de 6,55% ao ano, conforme estabelecido pelo Conselho Monetário Nacional - CMN.

Caso o CMN venha a aumentar as taxas de juros, ou tomar outras medidas de política monetária que resultem no aumento efetivo da TJLP, os encargos pagos pelas dívidas aumentarão, o que pode afetar adversamente os seus negócios e seus resultados.

ii) Risco de inflação

A Companhia está sujeita ao risco de inflação devido ao fato de suas receitas operacionais estarem atreladas ao Índice de Preços ao Consumidor Amplo ("IPCA"). Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possuía 100% de suas receitas contratuais atreladas à IPCA. As taxas de inflação no final dos exercícios de 2024 e 2023 foram, no Brasil, de 12,25% e 4,62% ao ano respectivamente, conforme estabelecido pela IBGE. Caso haja deflação, as receitas diminuirão o que poderá afetar negativamente os seus negócios e seus resultados.

23.3.2. Risco de crédito

A Companhia está exposta à possibilidade de não receber os valores que lhe são devidos, seja dos seus clientes ou aqueles relacionados às aplicações financeiras.

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros, sendo que a administração de referidos instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando à liquidez, rentabilidade e segurança.

A Companhia não efetua aplicações em caráter especulativo. A Companhia gerencia seus riscos de forma contínua, avaliando se as práticas adotadas na condução das suas atividades estão em linha com as políticas adotadas pela sua Administração. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas vis-à-vis condições vigentes no mercado.

Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, a Companhia não efetuou aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

23.3.3. Risco de liquidez

A Companhia está exposta ao risco de não ter a capacidade de liquidar as obrigações assumidas. Para administrar esse risco, a previsão de fluxo de caixa é realizada pela Companhia e monitorada continuamente, a fim de garantir e assegurar um caixa suficiente para atender aos seus compromissos.



Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros da Companhia. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados.

	Menos de 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	Acima de 5 anos
31 de dezembro de 2024				
Fornecedores e outras obrigações	421	-	-	-
Financiamentos	13.422	26.858	26.858	72.743
Passivos de arrendamento	600	1.282	1.381	7.399
Total dos passivos	14.443	28.140	28.239	80.142

23.4 Gestão de capital

23.4.1. Gestão do risco de capital

A política da Companhia ao administrar seu capital é a de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia no longo prazo para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. O índice de alavancagem financeira corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida corresponde ao total dos financiamentos e passivos de arrendamento deduzidos do montante de caixa e equivalentes de caixa e Depósitos vinculados registrados no balanço. O capital total é apurado somando-se o total do patrimônio líquido com a dívida líquida.

A Diretoria Corporativa da Companhia revisa trimestralmente sua estrutura de capital. Como parte dessa revisão, considera o custo de capital e os riscos associados a cada classe de capital.

Índice de alavancagem financeira

Índice de endividamento	2024	2023
Total dos financiamentos	91.392	95.822
Total dos passivos de arrendamento	5.630	5.820
(-) Depósitos vinculados	(8.919)	(8.667)
(-) Caixa e equivalente de caixa	(19.126)	(10.296)
(-) Dívida líquida	68.977	82.679
Total do patrimônio líquido	60.939	59.899
(=) Total do capital	129.916	142.578
Índice de alavancagem financeira	53%	58%



Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

23.4.2 Objetivos com os riscos financeiros

Os valores estimados de realização de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e de metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, considerando o julgamento da Administração, foi requerida a interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada.

Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderiam ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de metodologias de mercado pode produzir efeitos diferentes nos valores de realização estimados.

As condições financeiras e os resultados das futuras operações podem ser afetados de forma adversa por qualquer um dos fatores de risco descritos a seguir.

Análise de sensibilidade

Em decorrência do histórico de volatilidade das taxas de juros e dos índices de preços, a Companhia preparou uma análise de sensibilidade sobre seus ativos e passivos financeiros, demonstrando os eventuais impactos sobre o seu resultado em 31 de dezembro de 2024, com base em premissas consideradas prováveis. As variações consideradas para o cálculo do impacto em 31 de dezembro de 2024 foram das seguintes taxas: TJLP e CDI.

(i) Variação na taxa de juros (TJLP)

Operação	Exposição Saldo em 31/12/2024	Risco	Impacto		
			(Cenário provável)	Cenário A	Cenário B
Financiamentos (*)	93.882	Aumento da taxa TJLP	507	2.375	4.253
Referência para financiamentos		Taxa de 31/12/2024	Taxa de 15/01/2025	25%	50%
TJLP (%)		7,43%	7,97%	9,96%	11,96%

Demonstra o saldo total da dívida com o BNDES em 31 de dezembro de 2024, considerando a TJLP de 7,43%. Para o ano de 2025 consideramos uma expectativa de 4,97%, conforme site do BNDES, evolução histórica da TJLP, em 15 de janeiro de 2025.

Em relação aos financiamentos, os cenários A e B consideram um aumento da taxa TJLP de 9,96% e 11,96%, respectivamente.

(*) Valor bruto de custos de transação.



Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(ii) Variação na taxa do CDI

Operação	Exposição Saldo em 31/12/2024	Risco	Impacto (Cenário provável)	Cenário A	Cenário B
Aplicações financeiras (*)	24.961	Queda da taxa CDI	686	(250)	(1.186)
Referência para ativos financeiros CDI (%)		Taxa de 31/12/2024 12,25%	Taxa de 15/01/2025 15,00%	25% 11,25%	50% 7,50%

(*)Aplicações financeiras – caixa e equivalentes de caixa e depósitos vinculados.

Demonstra o saldo das aplicações financeiras em 31 de dezembro de 2024, considerando o acompanhamento da taxa Selic, com estimativa média de 15,00% ao ano. Os cenários A e B consideram uma queda na taxa do CDI de 12,25% e 7,50%, respectivamente.

23.5 Hierarquia do valor justo

A Companhia aplica o CPC 40 (R1) para instrumentos financeiros mensurados no Balanço Patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo. Os valores justos de caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, clientes, financiamentos e fornecedores são equivalentes aos seus valores contábeis. Outros ativos e passivos de longo prazo também possuem valores equivalentes aos seus valores contábeis.

Apresenta-se abaixo a hierarquia dos valores justos dos ativos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

- Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2 - Informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, como derivados dos preços).
- Nível 3 - Inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não observáveis).

Saldos em 31/12/2024	Nota	Valor Justo	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos					
Aplicações financeiras de liquidez imediata	4	19.116		19.116	
Total do ativo		19.116		19.116	

Saldos em 31/12/2023	Nota	Valor Justo	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos					
Aplicações financeiras de liquidez imediata	4	10.280	-	10.280	-
Total do ativo		10.280	-	10.280	-



Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

24. Provisões e contingências

A Companhia constitui provisões para processos judiciais, administrativos e arbitrais, em montante suficiente para cobrir as perdas consideradas prováveis e para as quais uma estimativa confiável possa ser realizada. Em dezembro de 2024 e 2023 não há ações de naturezas tributária, cível, ambiental e trabalhista, envolvendo riscos de perda consideradas prováveis pela administração, com base na avaliação de seus assessores legais. Em 31 de dezembro de 2024, os passivos contingentes, cuja probabilidade é considerada possível, são apresentadas abaixo:

	Consolidado	
	2024	2023
Tributária (a)	19.683	4.077
Cível	319	-
Regulatório (b)	364	-
Total	20.366	4.077

a) Eólica Serra da Babilônia IX recebeu um auto de Infração de R\$ 11.545 lavrado pela Receita Federal do Brasil - RFB visando a cobrança de crédito tributário à título de IRRF sob o fundamento de um suposto pagamento sem causa/beneficiário. Foi impugnado pela Companhia em 19 de novembro de 2021, demonstrando que os referidos pagamentos foram efetuados a título de AFAC. Em 04 de maio de 2023, foi proferido acórdão por meio do qual o julgamento foi convertido em diligência para que a Copacabana seja intimada para apresentar alguns documentos.

b) Autos de infração emitidos pela ANEEL, referentes a não conformidades resultantes do desempenho das eólicas da Serra da Babilônia no dia do apagão ocorrido em agosto de 2023, que afetou grande parte do sistema elétrico nacional. A administração da Companhia entende como improcedente as não conformidades e entrou com recursos administrativo junto a ANEEL para arquivamento destes autos.

25. Seguros

A Companhia possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitá-los, contratando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e operação. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros. As apólices estão em vigor e os prêmios foram devidamente pagos.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia apresentava as seguintes principais apólices de seguros contratadas com terceiros:

Bens segurados	Riscos cobertos	Início vigência	Término vigência	Limite máximo de Garantia (LMG)	Prêmio
Complexos eólicos em operação: Copacabana	Responsabilidade Civil Operações	02/09/2024	02/09/2025	40.000	47
Complexos eólicos em operação: Copacabana	Risco operacional	01/09/2024	01/09/2025	601.315	4.482



Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Bens segurados	Riscos cobertos	Início vigência	Término vigência	Limite máximo de Garantia (LMG)	Prêmio
Complexos eólicos em operação: Copacabana	Responsabilidade Civil	02/09/2024	02/09/2025	40.000	47
Drone	Operações				
Drone	Aeronáuticos	10/07/2024	10/07/2025	141	8
Alojamentos / BA	Aeronáuticos	16/05/2024	16/05/2025	60	6
	Incêndio, explosão, danos elétricos, roubo de bens e outros riscos	15/03/2024	15/03/2025	4.500	5
Seguros garantia	Risco financeiro e performance	30/04/2022	30/04/2026	2.569	127
Automóveis - Veículos frota	Colisão, incêndio e roubo/furto e responsabilidade civil	11/03/2024	11/03/2025	100% tabela Fipe	20

26. Compromisso

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possui estes contratos de longo prazo considerados relevantes refletindo as devidas atualizações previstas em cada contrato:

Compromissos		2025	2026 em diante
Contratos de operação e manutenção	(a)	3.697	3.460
Encargos de uso do sistema de transmissão	(b)	1.731	3.672
		5.428	7.132

(a) Contratos de operação e manutenção – A Companhia mantém contratos de operação e manutenção com terceiros.

(b) Contratos de Uso do Sistema de Transmissão (TUST) - Para o uso do sistema de transmissão e da rede básica, A Companhia mantém contratos com o ONS. Os contratos têm vigência até o término das outorgas.

27. Remuneração dos administradores

A remuneração das pessoas chave da administração é efetuada pela Rio Energy Participações S.A.
